

## “QUEREMOS SABER”? A NECESSIDADE DE UMA CIÊNCIA RADICAL

“We want to know”? The need for a radical science

¿“Queremos saber”? La necesidad de una ciencia radical

Deise Luiza da Silva Ferraz 

<https://orcid.org/0000-0002-4267-8261>

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

---

Ferraz, D.L.S. (2022). “Queremos saber”? A necessidade de uma ciência radical. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(4), 1427-1438. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto49609.

---

### Resumo

**Objetivo:** provocar pesquisadores e pesquisadoras do campo dos estudos da atividade humana sobre os limites da ciência moderna que obstaculizam a produção de um conhecimento que traduza a raiz dos problemas sociais. **Síntese dos elementos do estudo:** a canção Queremos Saber de Gilberto Gil foi utilizada como um recurso estilístico para indicar a necessidade do Materialismo Histórico como meio para produzir um conhecimento científico que implique na real e necessária emancipação da humanidade. **Conclusão:** pesquisadores são membros da classe trabalhadora, portanto, não nos caberia ser os intelectuais conservadores de uma classe à qual não pertencemos.

**Palavras-chave:** Ciência. Marxismo. Trabalho. Capitalismo. Terapia Ocupacional.

### Abstract

**Objective:** to provoke researchers in the field of studies of human activity about the limits of modern science that hinder the production of knowledge that reflects the root of social problems. **Synthesis of the study's elements:** the song Quero Saber by Gilberto Gil was used as a stylistic resource to indicate the need for Historical Materialism as a means to produce scientific knowledge that implies the real and necessary emancipation of humanity. **Conclusion:** researchers are members of the working class, it would not be up to us, therefore, to be the conservative intellectuals of a class to which we do not belong.

**Keywords:** Science. Work. Capitalism. Marxism. Occupational Therapy.

### Resumen

**Objetivo:** provocar a los investigadores del campo de los estudios de la actividad humana sobre los límites de la ciencia moderna que dificultan la producción de conocimiento que refleje la raíz de los problemas sociales. **Síntesis de los elementos del estudio:** se utilizó como recurso estilístico la canción Quero Saber de Gilberto Gil para señalar la necesidad del Materialismo Histórico como medio para producir conocimiento científico que implique la real y necesaria emancipación de la humanidad. **Conclusión:** los investigadores son miembros de la clase obrera, no nos correspondería, por tanto, ser los intelectuales conservadores de una clase a la que no pertenecemos.

**Palabras clave:** Ciencia. Trabajo. Capitalismo. Marxismo. Terapia Ocupacional.

## **1. Contextualização - Queremos Saber? A pergunta inicial**

Queremos saber | O que vão fazer | Com as novas invenções | Queremos notícia mais séria | Sobre a descoberta da antimatéria | E suas implicações | Na emancipação do homem | Das grandes populações | Homens pobres das cidades | Das estepes, dos sertões | Queremos saber | Quando vamos ter | Raio laser mais barato | Queremos de fato um relato | Retrato mais sério | Do mistério da luz | Luz do disco-voador | Pra iluminação do homem | Tão carente e sofredor | Tão perdido na distância | Da morada do Senhor | Queremos saber | Queremos viver | Confiantes no futuro | Por isso se faz necessário | Prever qual o itinerário da ilusão | A ilusão do poder | Pois se foi permitido ao homem | Tantas coisas conhecer | É melhor que todos saibam | O que pode acontecer | Queremos saber | Queremos saber | Todos queremos saber (Gilberto Gil)

Quando a arte indaga à ciência, o que respondemos? O que temos a dizer sobre as implicações dos produtos científicos para a emancipação humana? Se as descobertas da física trazem implicações para a emancipação, o que diríamos dos estudos sobre as relações sociais? Como nós, que estudamos a atividade humana, o trabalho, a ocupação... estamos implicados? Estudiosos e estudiosas da ciência da Terapia Ocupacional, em especial, lograram avanços na tarefa deixada por Soares (1991, p. 200): “[...] os modelos reducionistas de análise e prescrição da atividade humana (segundo os aspectos psicológicos, sociais ou físicos) devem ser revistos de tal forma que a integração e organicidade destes aspectos estejam presentes numa nova forma de análise e intervenção [...]”?

Como fazer tal revisão? Como fazer um retrato mais sério das condições nas quais vivem as grandes populações, os homens [e mulheres] pobres das cidades, das estepes dos sertões? Este texto objetiva provocar pesquisadores e pesquisadoras do campo dos estudos da atividade humana sobre os limites da ciência moderna que obstaculizam a produção de um conhecimento que traduza a raiz dos problemas sociais e expor as bases para fazer uma ciência que implique na necessária emancipação da humanidade. Para isso, na primeira seção, realizamos reflexões sobre os preceitos fundamentais da ciência moderna. Na segunda, apresentamos considerações sobre o Materialismo Histórico (MH). Por fim, destinamos um espaço para provocações a qualquer intelectual de nossa época que produz ciência, em especial, aos que estudam a atividade humana. Provoações que fazem refletir sobre o nosso lugar na construção de uma sociedade emancipada.

## **2. Sínteses dos Elementos - Seção 1: A ciência moderna e a impossibilidade de prever o itinerário da ilusão**

A ciência moderna está assentada em um pressuposto: a impossibilidade de conhecer a essência dos seres. A discussão moderna sobre a impossibilidade de o conhecimento humano expressar o ser do objeto parte da relação existente entre sujeito (aquele que conhece) e objeto (o que deve ser conhecido),

assentada no entendimento de que, do objeto, somente é possível apreender o que a razão determina. O objeto é, para a razão, uma manifestação de seu ser e ela somente pode se apropriar do que está imediatamente exposto. A garantia de que a razão conheceu a manifestação do objeto está no conjunto de regras de operação do pensamento. Regras que determinam como a razão delimita o objeto, quais perguntas a razão faz para o objeto delimitado, quais instrumentos a razão utiliza para encontrar as respostas às perguntas. Há inúmeros manuais de metodologia dedicados ao ensino de como coletar os dados necessários à construção das respostas conforme o que se quer saber (Lakatos, 1985; Triviños, 1987) e alguns outros classificando como a razão pergunta (Triviños, 1987; Kuhn, 2001; Denzin, Lincoln, 2006).

Como a centralidade está no polo do sujeito (razão), o conhecimento produzido não é determinado pelo próprio objeto, mas pelo o que a razão imputa a ele (Ferraz, Chaves, Ferraz, 2018). Se a razão infere que o objeto se apresenta em suas relações de consequência, identificam-se as causas (nas ciências naturais, relações causais; nas ciências humanas, elas devem ser tratadas como "coisas" e, assim, as regularidades sociais se tornam leis sociais de causalidade); se a razão infere que o real, como história social, é produto dos significados atribuídos à vida, cabe identificar os ditos (regras, costumes etc.) e não ditos, os discursos e as lutas discursivas...

Se o objeto é produzido pela razão, têm-se as relações sociais não como objetividades em si, mas como objeto científico; um objeto para a ciência, um objeto que pode ser (e é) bastante recortado. Assim, a atividade humana - condição da própria humanização - ora é apresentada pela ciência moderna como trabalho assalariado, trabalho informal, ócio, atividade esportiva, atividade de lazer, atividade terapêutica; ora se investiga como o corpo se adapta ao meio para execução de cada uma delas, ou ainda como os sujeitos da atividade significam o que fazem... E se desenvolvem modelos para melhor controlar/motivar/liderar as pessoas em atividade.

Porém, o objeto em si clama por ser conhecido; a sua forma e conteúdo tensionam as regras científicas. A resposta<sup>1</sup> ao chamado do objeto é: o real é complexo, logo, "dialogaremos" nossos pressupostos científicos. Faz-se moda a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade. Ainda que se expanda a possibilidade de conhecer as múltiplas manifestações do objeto, não se alcança o seu ser em si. Por mais detalhado que seja o retrato produzido, ele segue sendo o detalhamento do que a razão (a subjetividade dos cientistas) deseja ver.

---

<sup>1</sup> Existe outra resposta, o irracionalismo (Paço-Cunha, Ferraz, 2015). Em poucas palavras, por não ser este o objetivo do texto, o irracionalismo nega a possibilidade de a razão conhecer o objeto por si e, nesse sentido, não haveria Verdade, mas somente verdades relativas ao sujeito. Se a crítica irracionalista ao racionalismo tem acertos, ela não consegue propor uma saída para o conhecimento que não seja a tendência ao extremo relativismo. Os irracionalistas não lograram uma proposta resolutiva porque, dentre outras coisas, não superaram a cisão entre sujeito-objeto.

A subjetividade tem sua gênese nas nossas práticas sociais (Marx, 2004; Ferraz, 2019) e, em uma sociedade na qual a ciência se coloca como necessária para a reprodução social do existente, a subjetividade dos cientistas tendem a recolocar a produção do saber no bojo do instituído e, assim, o relato mais sério pode até advogar em defesa da promessa da modernidade: igualdade e liberdade. Mas a prática social - o objeto real - insiste em dizer: tal promessa é uma ilusão.

No capitalismo, a liberdade é a de sermos indivíduos desapropriados dos meios de reproduzir a existência (livres dos meios de produção), podendo, então, escolher, no imediato, para quem ofertar um tempo de vida no qual a força de trabalho será livremente utilizada por outrem e isso em troca do dinheiro que nos dá acesso aos meios necessários à reprodução de nossa força de trabalho. Oferta que elimina a própria possibilidade de igualdade. A igualdade só se efetiva na esfera da formalidade; na concretude da vida, as condições de reprodução dos seres humanos engendram desigualdades. Assim, a realidade coloca a necessidade de superarmos as condições que fazem da liberdade e da igualdade ilusões. Porém, há muitas dificuldades para superar o que não se conhece.

Sem os conhecimentos das leis da termodinâmica, por exemplo, é impossível a posição teleológica que utiliza tais leis a serviço da construção da máquina a vapor; sem o conhecimento das leis econômicas do capitalismo, não se pode projetar eficazmente o ato revolucionário de transformar a realidade. (Coutinho, 2010, p. 88)

Eis porque, para a reprodução da sociedade pautada na exploração, a centralidade da razão na produção do conhecimento científico é uma necessidade.

Para superar as relações sociais (objetos das ciências humanas) que fazem da liberdade e da igualdade uma ilusão, é necessário conhecer o objeto em si, e não apenas as suas manifestações imediatas. Denunciar as mazelas imediatas e não perscrutar suas raízes (o que as determinam), com boa vontade, pode produzir medidas paliativas que repõem o itinerário da ilusão; mas não a sua superação.

Evitar a superação das condições necessárias à reprodução do capitalismo é o motivo pelo qual o MH é um método tão combatido pela ciência, que advoga a naturalização da exploração humana. Em termos precisos: uma forma de sociabilidade humana que limita a capacidade da humanidade de livremente se desenvolver não pode advogar por uma ciência que busca conhecer o real por ele mesmo (em sua totalidade, particularidade e singularidade), que parta “dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (Marx, 2007, p. 94).

### **3. Sínteses dos Elementos - Seção 2: O Materialismo Histórico**

Nos é permitido tantas coisas conhecer, não devido à existência de um ser transcendental benevolente (conf. Descarte), mas porque, no desenvolvimento da vida na Terra, alguns entes da natureza animal

operaram um salto qualitativo, engendrando-se enquanto gênero (homo) concretamente objetivo-subjetivo, capazes de responder ao seu ambiente conforme suas intencionalidades e não segundo seus instintos. Após milhares de anos de extinção de espécies homo, restamos nós, os *sapiens sapiens*.

O processo de humanização dessa espécie é milenar e contínuo - o que não significa linear nem positivamente evolutivo. Continuamente, afirmamos, por meio da atividade, a objetividade-subjetividade que nos distingue da mera animalidade. Somos sujeitos sensíveis que se defrontam com objetos sensíveis (o que inclui se deparar com as relações sociais enquanto objetos a se conhecer). A satisfação de nossas carências (necessidades sempre sociais) se efetiva por meio da atividade sensível, da relação sujeito-objeto. A atividade é unidade de dois momentos de um mesmo processo: a interiorização das características do mundo sensível (subjetivação do objeto) e a externalização da subjetividade (objetivação da subjetividade em um novo objeto, externo ao sujeito). Desprende-se deste processo o desenvolvimento histórico da particularidade da atividade científica.

Como mencionado, o ponto central da ciência moderna está na primazia do sujeito sobre o objeto. O sujeito constrói o objeto a ser pesquisado, destacando os aspectos que lhe interessa. Sujeito e objeto são dois entes cindidos entre si e o sujeito é aquele que determina a própria existência do objeto enquanto objeto científico. Porém, Marx já demonstrou que sujeito e objeto são dois momentos de um processo e, justamente por isso, é possível conhecer a essência do objeto.

Marx demonstrou que o sujeito é um ser sensível que se defronta com uma realidade a qual precisa se apropriar para se autorreproduzir. Tal apropriação ocorre pela mediação da atividade sensível - atividade que transforma o objeto e o sujeito. E, ainda, desta relação prática, efetiva-se um novo objeto que é resultante da intencionalidade do sujeito, logo, o objeto não é só um existente fora do sujeito, que por ele deve ser apropriado; o objeto guarda em si a efetivação das subjetividades passadas. Assim, o materialismo do MH não significa mera contemplação do mundo material, mas apreender a materialidade da vida enquanto atividade (objetiva-subjetiva). Não é natureza virgem, como desejam alguns, mas realidade sensível posta como natureza humanizada. Assim, podemos analisar as frutas, distingui-las, identificar características que distinguem maçãs de peras; mas não se poderia entender a maçã na América Latina sem a relação de colonização do século XV, que as insere nesta parte do mundo, segundo uma determinada forma produtiva. E, hoje, devido ao uso de agrotóxicos, ela pode causar mais danos à saúde do que benefícios, de modo que o estudo da maçã pode encontrar nela elementos que dela mesma não provém sem a relação que a humanidade estabeleceu com essa fruta. De modo que não há o desenvolvimento de uma história das maçãs (ainda que digam serem as maçãs o fruto da sabedoria) que não seja uma história da fruta maçã na relação com o desenvolvimento humano. Se isto está posto para um ser vegetal, quiçá para o ser social.

Não há, portanto, relação social ou modo de organização social, que não seja fruto da própria atividade humana e, se a produzimos, podemos conhecê-la para além do modo que a percebemos na

imediatividade da vida, para além de seus aspectos aparentes; mas o movimento necessário para isso é a primazia do objeto (já tomado como resultado da atividade humana) sobre a razão.

O objeto existe independentemente da consciência que temos dele (Marx, 2007), a apropriação consciente do objeto é o processo de interiorizar o ser do objeto, é tornar o ser do objeto (sua substância e forma) em objeto pensado, traduzi-lo em pensamentos. E, como diz Marx, o objeto segue existindo fora do pensamento, sendo a prática (a atividade sensível entre sujeito-objeto) o critério que garante que o conhecido (o objeto pensado) corresponda ao existente (o objeto efetivo, existente). “É na prática que o homem tem de provar a verdade [objetiva do pensamento]”. (Marx, 2007, p. 533), pois é na prática que está o germe do pensamento. Cabe lembrar que se trata da prática enquanto atividade ou automodificação humana e não do efeito útil dos princípios do pensamento.

O ponto de partida para o conhecimento é o imediato, o objeto como ele nos está dado à observação. É da natureza do objeto não se apresentar imediatamente em sua essência - “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).

Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações sociais (Marx, 1996, p. 39).

A concretude é a síntese de múltiplas determinações e em sua imediatividade, o pensamento se apropria dela por meio de um processo de abstração, que, partindo da sua imediatividade caótica, ruma-se ao encontro dos determinantes do objeto: partindo da abstração imediata do objeto, o pensamento apreende a concretude do objeto, por meio de análises, até chegar às categorias mais simples que expressam o que determina o ser. Ao transpor para o pensamento, os elementos mais simples que determinam o ser (objeto concreto), o pensamento retorna à unidade do diverso (desfazendo o aparente caos), perscrutando o desenvolvimento dessas categorias simples no processo de constituição do próprio objeto, podendo, assim, expor a totalidade do ser em sua concretude.

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (Marx, 2013, p. 90).

Destaca-se que a análise materialista histórica, para apreender a totalidade do objeto, necessita perscrutar sua essência no movimento de constituição deste, movimento que expressa tanto os elementos determinantes do objeto quanto suas formas particulares de efetivar-se; por isso, a totalidade

(categoria que indica a expressão do ser do objeto enquanto síntese do diverso) foi historicamente combatida pela ciência moderna (Coutinho, 2010), pois produzir um conhecimento que expresse o objeto em sua totalidade é permitir a humanidade conhecer, de forma séria, o que pode acontecer (ou, porque isso se realiza como se realiza).

Ao expor a totalidade do objeto, apreendeu-se aqueles elementos do ser que lhe caracterizam como universal; porém, se o ser fosse somente o universal, todas as relações sociais seriam iguais. Mas a cotidianidade nos demonstra que não: as relações não são todas iguais porque são instituídas por sujeitos singulares - dotados de intencionalidade - a partir de condições históricas. Diferente da ciência moderna, que vê nisso um conflito entre indivíduo e sociedade, o MH, que não supõe uma sociedade abstrata apartada de um indivíduo (ou vice-versa), demonstra que as singularidades são efetivações do universal do objeto em condições particulares. Por exemplo, o trabalho - conforme discussão anterior, atividade sensível - é o que caracteriza o ser humano, porém essa categoria universal trabalho pouco nos diz da diferença entre escravismo e capitalismo, dois modos de reprodução da vida humana; em ambos existe trabalho, no primeiro, escravo, no segundo, assalariado. Com a expansão do capitalismo, a prática do trabalho assalariado se universaliza, porém, essa categoria, embora nos diga algo sobre a classe trabalhadora, não nos diz tudo sobre as condições de reprodução do trabalhador livre nos diferentes países e pode pouco nos dizer sobre a subjetividade da trabalhadora doméstica negra da periferia brasileira. Eis porque Marx identifica que, no movimento de investigação do objeto, parte-se do imediato rumo a sua essência, que expressamos na forma de categorias simples (que permite encontrar o universal do objeto) e, depois, retorna-se ao objeto concreto, enriquecendo-o por meio da análise do desenvolvimento histórico das práticas expressas por aquelas categorias, ou seja, das particularidades do desenvolvimento do objeto.

Cada modo de produção tem suas próprias necessidades para seguir se reproduzindo como é. Por isso, é possível falar em leis necessárias do objeto. Em outras palavras, as práticas sociais colocam movimentos necessários para seguir se afirmando enquanto sociabilidade que é. Porém, prática é atividade sensível e atividade sensível não é necessidade causal, assim, aquelas leis podem, por meio de práticas que a neguem, não se afirmarem (não se efetivarem). No MH, o devir não é determinístico, embora possamos apreender suas tendências ou, simplesmente, o que pode acontecer.

No MH, as práticas que negam o objeto como ele é não são anomalias (cf. Durkheim). A negação do ser como ele é em sua afirmação é a contradição. A contradição não é uma lógica do pensamento ou da natureza, mas uma realidade social e somente aparece como lógica do pensamento porque antes ela já existe na materialidade da vida. As relações que determinam o objeto - relações que os indivíduos travam entre si, condicionados pela época histórica em que vivem - são contraditórias, engendram a si e ao seu contrário enquanto possibilidade de reprodução de si e enquanto possibilidade de transformação radical de si, enquanto revolução.

A contradição é o motor da histórica não por ser uma essência inata da vida, mas porque ela é a essência da pré-história concreta da humanidade, quando toda a história é a história das condições de interdição do livre desenvolvimento pleno da humanização ou, como expressou Marx e Engels, "A história de todas as sociedades até hoje existentes [toda história escrita] é a história das lutas de classes" (Marx, Engels, 2010, p. 40). Eis porque a contradição também é um aspecto do real que é rechaçado pela ciência moderna ou, quando é acionada, é para demonstrar que ela existe na relação entre a prática e a teoria, sendo, portanto, questões de ajustes em uma ou em outra.

Em resumo, a ciência moderna, ao instituir a centralidade da razão na produção do conhecimento, interdita a possibilidade de conhecer o objeto como ele é. Na particularidade das ciências da humanidade, interdita o processo de ir à raiz dos problemas sociais e, parafraseando Marx, a raiz da humanidade é a própria humanidade, ou seja, o modo como produzimos as condições necessárias à nossa reprodução é a raiz de todas as mazelas que atingem, de distintas maneiras, a cada indivíduo. Cabe frisar, essa maneira não é a essencialidade da humanidade, nossa essência está em que somos, capazes de agir no mundo de forma intencional e, se a intenção é a emancipação, cabe-nos transformar o mundo. Uma tarefa que se impõe, sobretudo, aos cientistas que se dedicam ao estudo da atividade humana.

## **6. Conclusões: Estudos sobre atividade humana e suas implicações na emancipação**

Resta aqui algumas reflexões, quiçá provocações, a quem almeja uma sociedade emancipada. Cabe ressaltar que emancipação não se trata da tal emancipação individual (que estaria mais para a categoria autonomia) nem do dito empoderamento (a junção entre autonomia e alto autoestima). A emancipação humana se refere à criação de condições em que todos os seres humanos, sem exceções decorrentes de gênero, raça..., possam, livremente, desenvolver-se em sua humanidade, isto é, em que nossas capacidades humanas não sejam desenvolvidas de modo unilateral, como é no capitalismo.

No capitalismo, cada indivíduo desenvolve as habilidades que são necessárias ao trabalho que executa (ou irá executar), a divisão técnica do trabalho e a necessidade de nos reproduzir, segundo a venda de nossa força de trabalho, interditam a potencialidade humana de se humanizar. Por isso, intencionar a emancipação é superar as condições que nos reproduzem enquanto seres unilaterais, enquanto seres "destinados" a um tipo de atividade, seres que se relacionam com os objetos do trabalho, com o trabalho, com o resultado do trabalho e com os outros de forma estranhada (não têm como reconhecer em si e no outro a humanidade inteira). E a atividade humana, enquanto fim de humanização, particulariza-se como meio de vida. Nossa subjetividade ganha forma e conteúdo na e por meio da atividade. Estando as múltiplas práticas humanas inacessíveis aos indivíduos e sendo realizadas de forma estranhada, há o empobrecimento de nosso espírito, "é claro que a efetiva riqueza espiritual do indivíduo [singular] depende inteiramente da riqueza de suas relações sociais" (Marx, 2007, p. 41).

Dito isso, cabe-nos indagar, enquanto estudiosos da atividade humana (receba ela o nome recorrente de trabalho, ocupação, lazer, estudo, arte...), qual a implicação de nossos estudos para a reprodução



das condições que nos empobrecem objetiva e subjetivamente? Não resta dúvida que é a atividade humana que nos humaniza (universalidade), porém, de que atividades estamos falando? Qual a particularidade histórica dessas atividades?

Com a expansão mundial do capitalismo, expande-se, também, a subsunção das atividades humanas às necessidades da valorização do valor<sup>2</sup>. Elas podem estar diretamente submetidas a um processo de valorização, enquanto trabalho produtivo ou improdutivo, daqueles que vendem sua força de trabalho (Cotrim, 2012). Elas podem estar socialmente submetidas, enquanto trabalho reprodutivo, ao capital; ou seja, aquelas atividades que nos mantêm vivos, que são necessárias à nossa reprodução e à reposição de nossas energias e que, assim, reproduzimo-nos sempre como capacidade de trabalho à disposição, que, no capitalismo, recai, em geral, nas costas das mulheres, sendo base para uma opressão que alavanca a exploração (Souza, Ferraz, Ferraz, 2021). O próprio consumo individual está subsumido ao capital: nossas práticas de consumo são consumo de mercadorias, inclusive em momentos de lazer.

Ao desenvolvermos estudos em que a atividade é acionada como meio de socializar o indivíduo, consideramos o caráter universal da atividade e desconsideramos as particularidades da atividade sobre o capital? Como exemplo, no sistema prisional, tem-se como princípio que uma das condições para a "harmônica integração social do condenado e do internado" (Lei de Execução Penal, 7210/84) é o trabalho. A LEP institui, em seu artigo 28, que o trabalho é "dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva". Embasa esse dever à perspectiva de que o trabalho dignifica e que ser digno é estar adaptado à moral e às leis jurídicas da sociabilidade capitalista. Ignora-se: i) que a pessoa privada de liberdade já trabalhava antes do cárcere, a despeito do julgamento moral; ii) que o trabalho desenvolvido no cárcere está inserindo-o em um amplo processo de valorização do capital, ou seja, a atividade laboral incentiva a exploração legal do trabalho no cárcere - exploração que dificilmente seguirá dentro da legalidade fora do cárcere, pois a reincidência do trabalho criminalizado é muito maior do que o ingresso no emprego formal (Ferraz, Fernandes, 2019a); e iii) que, nesse contexto, reproduz-se, segundo leis impositivas, uma concepção moral do que é o trabalho no capitalismo e o que é o trabalhador nesse sistema: um indivíduo que respeita às leis, que não é nada mais do que a lei da propriedade privada. Repõem-se, portanto, as condições sociais subjetivas necessárias ao não questionamento das relações de capital.

Porém, a realidade é contraditória, o trabalho, ainda que seja trabalho estranhado, ainda é o ato que constitui objetividades-subjetividades e, no itinerário da reprodução das ilusões, as atividades podem surtir efeitos, na singularidade individual, de realização, de prazer, de desenvolvimento da autoestima (Ferraz, Fernandes, 2019b). Estes resultados contingenciais suportam a defesa de muitos pesquisadores acerca da utilidade do conhecimento produzido segundo os princípios da ciência moderna - e das técnicas profissionais que se desdobram dele.

---

<sup>2</sup> O processo de valorização do Capital está expresso nos Livros Capital 1, 2 e 3 de Karl Marx.

Não por acaso, Soares (1991, p. 194) concluiu seus estudos sobre o campo da Terapia Ocupacional afirmando: "A superação real da visão reducionista na ciência, em nosso ponto de vista, só ocorrerá à medida que se reconhece a luta de classes como motor da sociedade e da história dos [humanos]". Justa resposta ao que a arte (e a realidade) questiona: quais as implicações para a emancipação da humanidade?

A produção de um conhecimento que parte da manifestação imediata de um objeto e permanece nele, defendendo-se pela demonstração dos resultados imediatos de suas técnicas, não tem potencialidade de transformar o mundo, tão apenas de manter o ser humano tão carente e sofredor. E, porque, à humanidade, não está permitido tudo conhecer, perdemos-nos no caminho da iluminação, criando deuses e senhores... Cabe-nos refletir: se coube aos filósofos-cientistas que embasam a ciência moderna ser pensadores revolucionários de sua classe (Tonet, 2013), por quê caberia aos pesquisadores hodiernos, membros da classe trabalhadora do século XXI, ser os intelectuais conservadores de uma classe à qual não pertencem?

## Referências

Burrell, G.; Morgan, G. (1979) *Sociological paradigms and organizational analysis*. Heinemann Educational Books.

Chasin, J. (2009) *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. Boitempo.

Cotrim, V. (2012). *Trabalho Produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões*. Alameda

Coutinho, C.N. (2010) *O estruturalismo e a Miséria da Razão*. Expressão Popular.

Denzin, N.; Lincoln, Y.S. (2006). *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Artmed.

Descartes, R. (s/d). *Discurso do Método*. Ed. Escala

Ferraz, D.L.S. (2019). Sequestro da Subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. *REAd - Revista Eletrônica de Administração*. 25 (1), 238-268. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.238.89885>

Ferraz, D.L.S.; Chaves, R. H.; Ferraz, J.M. (2018) Para Além da Epistemologia: Reflexões Necessárias para o Desenvolvimento do Conhecimento. *Read. Revista Eletrônica de Administração*. 24(2), 1-30. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.204.80474>

Ferraz, D.L.S; Fernandes, P.C.M. (2019a). Desvendando os sentidos do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, 22, 165-184. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p165-184>

Ferraz, D.L.S; Fernandes, P.C.M. (2019b). A instituição da escravidão contemporânea pelo Estado no sistema prisional: novas-velhas formas de extração de mais valor. In: *X Encontro Nacional de Estudos Organizacionais* (p. 1-10), Fortaleza: Anpad.

Karl, M; Engels, F. (2007) *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.

Karl, M. (2004) *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Karl, M. (2013) *O Capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo.

Karl, M. (2017) *O Capital, Livro III*. São Paulo: Boitempo.

Kuhn, T. (2001). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Lakatos, E.M. (1985). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas

Paço-Cunha, E.; Ferraz, D.L.S. (2015). Marxismo, Estudos Organizacionais e a luta contra o irracionalismo. *Organizações & Sociedade (Online)*, 22(73), 193-198. <https://doi.org/10.1590/1984-9230730>

Severino, A. (1989). *Metodologia do Trabalho Científico*. Rio de Janeiro: Cortez.

Soares, L.B.T. (1991). *Terapia Ocupacional Lógica do Capital ou do Trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980*. São Paulo: Hucitec.

Souza, M. D.; Ferraz, D. L. S.; Ferraz, J.M. (2021) As mulheres conforme a administração: uma ciência para a manutenção da opressão e da exploração?. *Recadm: Revista Eletrônica De Ciência Administrativa*, 20(3), 509-534. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2021018>

Tonet, I. (2013). *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.

Triviños, A.N (1987) *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas

Vaisman, E. (2006) A usina onto-societária do pensamento. *Verintio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*. No 4 Edição Especial: Dossiê Marx

**Contribuição dos autores:** A autora foi responsável por toda a concepção, escrita e revisão do texto.

**Recebido em:** 27/01/2022

**Aceito em:** 14/06/2022

**Publicado em:** 30/11/2022

**Editor:** Bruno Bechara Maxta